Número de ordem	Designação	Por cento
408	Vidros ou cristais estrangeiros:	
	Importador de	15
	Armazém de	15
	Mercador de	16
	Importador de garrafas e garrafões	10
409	Vimes (vide n.º 402).	
410	Vinho, vinagre, aguardente e análogos:	
	Armazém de	5
	Mercador de	7
	Exportador de	3
	Importador de	20
411	Zincogravura (vide n.º 220).	

Observações

1.ª Para aplicação das percentagens da tabela, entende-se que:

Importador é o comerciante que habitualmente importa grandes quantidades de mercadorias, fazendo dêste facto a característica especial e única do seu comércio. Não é porém considerado importador o comerciante que, no seu estabelecimento, venda as mercadorias que importa.

Exportador é o comerciante que, habitualmente é em grandes quantidades, exporta mercadorias, fazendo dêste facto a característica especial e única do seu comércio. Não é porém considerado exportador o comerciante ou industrial que faz a exportação dos produtos que, no seu estabelecimento, fabrica ou vende.

Fábrica é o estabelecimento onde, manual ou mecânicamente, se produzem mercadorias que entram no consumo em virtude da venda exclusiva aos armazéns por grosso ou atacado.

Armazém é o estabelecimento que tem por função principal o abastecimento, por grosso ou atacado, das casas de retalho.

Mercador é o indivíduo ou entidade que limita a sua função à venda dos artigos do seu comércio a retalho.

2.ª As percentagens e permilagens incidem:

a) Sobre o montante das vendas ou sobre o valor dos artigos, gêneros ou quaisquer mercadorias que forem trocadas por outros;

b) Sobre a importância das mercadorias, fundos públicos ou valores comerciais transaccionados à comissão ou por intermédio de corretores;

c) Sobre a importância total dos contratos de qualquer natureza, incluindo o albergue, aluguer, fretamento e rendas;

d) Sobre a importância por que forem negociados os fundos públicos, os valores comerciais e outras operações bancárias;

Do disposto nas alíneas anteriores exceptuam-se as percentagens que incidem sobre o montante já determinado na tabela.

3.ª O produto das percentagens e permilagens determina o lucro tributável dos contribuintes da contribuição industrial do grupo C.

4.ª Sempre que na tabela esteja especificada uma indústria ou comércio que segundo o uso corrente abrange várias separadamente consideradas noutros números, aplica-se a percentagem correspondente ao conjunto que as abranja.

5.ª Quando no mesmo estabelecimento o contribuinte exercer diversas indústrias ou comércios a que correspondam diferentes percentagens, será o lucro tributável calculado pela média das percentagens relativas às indústrias ou comércios exercidos. Em caso algum as médias poderão ser inferiores à percentagem mais elevada, deduzida de 30 por cento. O mesmo se fará com respeito às permilagens.

6.ª Ao contribuinte que no mesmo estabelecimento exerça as indústrias de fábrica e mercador ou armazém e mercador será o lucro tributável determinado pela maior das percentagens que lhe corresponda acrescida de 30 por cento.

7.ª Em execução do disposto em qualquer das duas observações anteriores, o resultado obtido será arredondado para a unidade ou décima imediatamente superior conforme se trate de percentagem ou permilagem e quando a fracção fôr superior a cinco. No caso contrário será desprezada a fracção.

Ministério das Finanças, 19 de Abril de 1930. — O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

Direcção Geral das Alfândegas

2.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 6:820

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, ouvida a Direcção Geral das Alfândegas, que o posto fiscal da Gafanha, pertencente à secção fiscal de Aveiro, da 1.ª companhia do batalhão n.º 3 da guarda fiscal, seja habilitado à cobrança do imposto do pescado.

Paços do Governo da República, 17 de Abril de 1930. — O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição de Gabinete

Portaria n.º 6:821

Devendo os oficiais arregimentados, quando façam parte de comissões para que hajam sido nomeados por este Ministério, desempenhar todos os serviços que lhes competirem, classificados no artigo 52.º da 2.ª parte do regulamento geral do serviço do exército, sendo unicamente dispensados de diligências e destacamentos, excepto quando estes serviços forem destinados a exercícios de instrução; e convido que estes e outros oficiais em outras situações, mas também fazendo parte dessas comissões, não se encontrem nomeados para serviço nos dias de reunião das mesmas comissões: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, que os presidentes das aludidas comissões comuniquem ao governo, região, comando, direcção ou qualquer estabelecimento militar de que os referidos oficiais dependerem, com a precisa antecedência, o dia e hora em que as ditas comissões devem reunir, a fim de expedirem as convenientes ordens para que os aludidos oficiais compareçam a esse serviço.

Paços do Governo da República, 5 de Abril de 1930. — O Ministro da Guerra, *João Namorado de Aguiar*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Superintendência dos Serviços da Armada

Repartição do Pessoal

Decreto n.º 18:223

Considerando que o decreto n.º 13:860, de 20 de Julho de 1927, prorrogou por dois anos os direitos à admissão aos médicos que em virtude dos seus termos foram contratados;

Considerando que estes médicos não puderam aproveitar dessa prorrogação durante a vigência do seu contrato, que terminou em 20 de Julho do ano findo, em virtude principalmente da suspensão motivada pelo decreto n.º 15:494 e do artigo 12.º do decreto n.º 17:047, que não autorizavam promoções e ingresso nos quadros enquanto estes não fôsem fixados;

Considerando que os mesmos médicos continuaram a